

REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE NISA



RELATÓRIO II

CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL

SETEMBRO 2010

VIII – SECTOR DO PATRIMÓNIO

Equipa Técnica

- Gabinete de Planeamento (GP)

Coordenadora Geral: Ermelinda Martins

Coordenadora dos Trabalhos: Maria José Catela

Técnicos: Maria João Alexandre

Nuno Jorge

Suzete Cabaceira

Equipa Técnica Alargada

- Divisão de Obras Equipamentos e Manutenção (DOEM)

Responsável: António Charneco

- Divisão de Projectos e Urbanismo (DPU)

Responsável: João Portalete

- Divisão de Desenvolvimento Social e Cultural (DDSC)

Responsável: Manuela Gonçalves

- Departamento de Planeamento e Gestão Municipal (DPGM)

Responsável: Ermelinda Martins

- Gabinete de Desenvolvimento e Turismo (GDT)

Responsável: Esmeralda Almeida

- Gabinete da Protecção Civil (GPC)

Responsável: José Agostinho

Colaboradores

Carla Calado (DDSC)

Lurdes Vilela (GP)

Índice geral

I – SECTOR BIOFÍSICO

1. CLIMA
2. GEOLOGIA
3. GEOMORFOLOGIA
4. SOLOS
5. ENQUADRAMENTO ECOLÓGICO
6. PAISAGEM
7. RECURSOS AGRO-FLORESTAIS

II – SECTOR DEMOGRÁFICO

III – SECTOR SOCIO-ECONÓMICO

IV – SECTOR TURÍSTICO

V – SECTOR HABITACIONAL

VI – SECTOR DAS INFRA-ESTRUTURAS

1. REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS
2. SANEAMENTO E ÁGUAS RESIDUAIS
3. GESTÃO DE RESÍDUOS
4. ACESSIBILIDADES
5. ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES

VII – SECTOR DOS EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLECTIVA

VIII – SECTOR DO PATRIMÓNIO

IX – SECTOR DA PROTECÇÃO CIVIL

Índice

1.	Introdução.....	1
2.	Breve Panorâmica Histórica.....	1
2.1.	História do Concelho.....	1
2.2.	História das Freguesias.....	5
3.	Património Arquitectónico e Arqueológico.....	8
3.1.	Imóveis Classificados.....	8
3.1.1.	Monumentos Nacionais.....	9
3.1.2.	Imóveis de Interesse Público.....	10
3.1.3.	Imóveis de Interesse Municipal.....	16
3.1.4.	Imóveis em Vias de Classificação.....	17
3.1.5.	Zonas de Protecção de Bens classificados ou em vias de classificação.....	22
3.2.	Imóveis com Interesse patrimonial de passível classificação.....	24
3.2.1.	Arquitectura Religiosa.....	24
3.2.2.	Arquitectura Civil.....	25
3.2.3.	Património Militar.....	26
3.2.4.	Outros elementos Patrimoniais.....	27
3.3.	Carta Arqueológica do Concelho de Nisa.....	31
3.3.1.	Sítios arqueológicos.....	32
3.3.2.	Proposta de futuras intervenções.....	32
4.	Património Natural e Cultural.....	34
4.1.	Património Natural.....	34
4.1.1.	Património Classificado.....	34
4.1.2.	Património Geomorfológico Granítico e Geomineiro.....	38
4.2.	Paisagem como Património Natural e Cultural.....	44
4.3.	Património Cultural.....	44
5.	Proposta de criação da Carta do Património.....	48
6.	Síntese conclusiva.....	49
	Referências Bibliográficas.....	50

Índice de ilustrações

Ilustração 1 - Castelo de Amieira do Tejo, M. N.	9
Ilustração 2 - Anta de S. Gens, M. N.	9
Ilustração 3 – Porta da Vila, M. N.	10
Ilustração 4 – Porta de Montalvão, M. N.	10
Ilustração 5 – Capela do Calvário, I.I.P. - Amieira do Tejo.	10
Ilustração 6 – Cruzeiro de Alpalhão, I.I.P.	12
Ilustração 7 – Fonte da Pipa, I.I.P.	12
Ilustração 8 – Pelourinho de Nisa, I.I.P.	13
Ilustração 9 – Ponte Medieval sobre a ribeira de Figueiró, I.I.P.	13
Ilustração 10 – Capela de Nossa Senhora da Redonda, I.I.P. – Alpalhão.	14
Ilustração 11 – Ermida de Nossa Senhora dos Prazeres, I.I.P.	15
Ilustração 12 – Pelourinho de Montalvão, I.I.P.	15
Ilustração 13 – Igreja Matriz de Montalvão, I.I.M.	16
Ilustração 14 e 15 – Castelo de Montalvão, em vias de classificação.	17
Ilustração 16 – Igreja da Misericórdia de Nisa, em vias de classificação.	18
Ilustração 17 e 18 – Conjunto de Nossa Senhora da Graça, em vias de classificação.	19
Ilustração 19 e 20 – Área Arqueológica do Conhal - Arneiro, em vias de classificação.	21
Ilustração 21 – Planta da Zona Especial de Protecção do Castelo de Amieira do Tejo.	23
Ilustração 22 – Localização das estações de arte rupestre do Tejo.	30
Ilustração 23 – Localização de elementos patrimoniais que merecem um estudo mais aprofundado.	33
Ilustração 24 – Monumento Natural das Portas de Ródão.	34
Ilustração 25 – <i>Bornhardt</i> na barragem do Poio com fracturas de escamação bem visíveis.	39
Ilustração 26 – <i>Nubbin</i> junto da ponte medieval sob a ribeira do Figueiró	39
Ilustração 27 – Formas tipo <i>tors</i> e <i>castle koppies</i> junto à Ribeira de Sôr.	40
Ilustração 28 – Bloco pedunculado	41
Ilustração 29 – <i>Gnamma</i> junto à ribeira do Figueiró, onde este tipo de morfologia é frequente	41
Ilustração 30 – Tafoni na estrada para Arez, a norte de Nisa	42
Ilustração 31 – Pseudoestratificação no granito, junto à povoação de Arez.	42
Ilustração 32 – Afloramento zoomórfico conhecido como “focinho de porco”.	43

Índice de tabelas

Tabela 1 – Imóveis classificados e em vias de classificação no concelho de Nisa.	8
---	---

1. Introdução

Esta caracterização do património tem por base a Carta Arqueológica do Concelho (1ª e 2ª fase), que foi nos últimos sete anos objecto de trabalho de campo/prospecção e que permitiu a actualização dos dados, acrescentando ou até identificando bens patrimoniais, que não constavam no levantamento feito aquando da realização do PDM/1994.

Para além dos objectos, edifícios e conjuntos de valor patrimonial, foram identificadas Áreas de Valor Arqueológico, que deverão fixar níveis distintos quanto aos futuros tipos de intervenção.

2. Breve Panorâmica Histórica

2.1. História do Concelho

O megalitismo nasce de um contexto histórico caracterizado pela sedentarização crescente do Homem, centrado na agricultura, e prova disso são os vários monumentos megalíticos (Antas/Dolmens e Menires) dispersos por todo o território do concelho de Nisa.

Nas freguesias a norte, nomeadamente Montalvão, caracterizam-se como sendo pequenos sepulcros de pequenas dimensões, com múltiplos esteios de xisto e revelam pobreza artefactual.

Nos anos 80 e início dos 90 do século passado, foram realizadas algumas escavações arqueológicas nas antas da Lomba da Barca, Fonte da Pipa, Nave do Padre -Santo, da responsabilidade científica do Doutor Jorge Oliveira.

Mais para sul do concelho, estes monumentos pertencem ao patamar granítico, com pequenas necrópoles, podendo estar agrupadas em torno de um monumento maior. Deste grupo destacamos a Anta de Gens II, situada na freguesia de Espírito Santo, que também foi intervencionada. O espólio retirado destes monumentos funerários caracteriza-se pela sua riqueza tipológica, que vai desde a cerâmica, bolsas de ossos, até ao material lítico (pontas de seta e lâminas de sílex), característico do sedentarismo destes homens.

Desde o ano de 2003 que o Projecto PHANA – Pré -História Antiga no Nordeste Alentejano, sob a orientação científica do Dr. Nelson Almeida e apoiado pelo Município de Nisa, vem desenvolvendo trabalhos de prospecção e algumas sondagens/escavações arqueológicas na zona do Conhal do Arneiro, cujos resultados demonstram que esta região teve uma ocupação significativa durante todo o período Paleolítico.

Estas ocupações surgem junto a cursos de água de relativa importância ou pequenos ribeiros.

Das escavações efectuadas no sítio do Azinhal e Pegos do Tejo 2, foram dados a conhecer alguns materiais datados por OSL do período Paleolítico Médio. No sítio Tapada do Montinho os vestígios são atribuíveis ao período Paleolítico Médio e Superior.

Estes resultados são reveladores da importância que o Rio Tejo deteve como potencial fixador de comunidades humanas nesta zona do concelho.

Para além deste legado há a referir as gravuras rupestres existentes nas margens do Rio Tejo, distribuídos pelos vários cachões, que foram estudados de forma exaustiva nos anos 70 antes da construção da Barragem do Fratel, por um grupo de arqueólogos, que decalcou todas as pedras gravadas com látex, material este que ainda hoje se encontra ao cuidado do Centro Nacional de Arte Rupestre – IPA. É uma das maiores estações de arte rupestre do complexo tagano, com perto de 350 rochas gravadas, numa área de cerca de 3 km.

Período Romano e Medieval

No que respeita á fundação da vila de Nisa, existem neste momento duas teses contraditórias.

1) A primeira é defendida pelo **Prof. José Figueiredo**, na sua obra “**Monografia de Nisa**” datada de 1956, o qual de uma forma muito resumida documenta o seguinte:

- Nisa já seria uma povoação com alguma importância antes de 1232, e já seria um concelho, uma vez que o Foral da Vila do Crato refere que os costumes dados ao Crato eram idênticos aos dados à Vila de Nisa.

O Foral era um documento emanado pelo monarca pelo qual se constituía o concelho, se regulava a administração e se indicavam os seus limites e privilégios.

Refere o autor que o primeiro Foral de Nisa terá desaparecido em 1704 aquando da Guerra da Sucessão, a par de muitos outros documentos que foram queimados e pilhados pelos espanhóis.

Relativamente á localização do núcleo urbano da primitiva vila estaria situada no actual Cabeçinho de Nossa Senhora da Graça.

Este autor cita algumas passagens de Motta e Moura, da sua obra “**A Notável Vila de Nisa**”, de 1855; *“Tinha a vila refere o Dr. Mota e Moura (i) duas freguesias que eram nossa senhora da Graça, cuja igreja estava colocada no mais alto do monte e matriz, segundo afirma fr. Agostinho de Santa Maria no Santuário Mariano, e a de S. Tiago edificada numa das extremidades...”*

Teria um castelo e muralhas construídas pelos Cavaleiros da Ordem dos Templários, que lhe tinha sido legada pelo Rei D. Afonso Henriques.

No reinado de D. Dinis, a vila iria sofrer um duro revês uma vez que na luta que opôs o Rei e o seu irmão D. Afonso, os habitantes da vila decidiu defender D. Dinis e por essa razão o seu irmão saqueou e demoliu a vila. Estávamos em 1242.

Foi reconstruída a nova Nisa, onde nos encontramos actualmente, sob o apoio de D. Dinis. Neste local existiria o conhecido Castelo de Ferron, ou Perceptoría dos Templários.

2) A outra tese sobre a fundação da vila de Nisa, defendida pelo **Prof. Carlos Cebola** na sua obra “**Nisa a outra história**” editada em 2005, refere o seguinte:

Em 1199 D. Sancho I doa a Herdade da Açafa á Ordem do Templo, território delimitado a norte pelo Rio Tejo e a sul abarca os territórios ou parte dos actuais concelhos de Nisa e Castelo de Vide e Espanha, junto á actual fronteira. As doações tinham como objectivo primordial fixar moradores em zonas ermas e despovoadas e a consequente defesa deste novo território.

Os Cavaleiros construíram aí uma fortaleza que os defendesse dos infiéis e sinalizava a posse desses territórios.

Nesta altura a politica de povoamento do reino, consistia na vinda de colonos de outras zonas da Europa, neste caso de França, a pedido do Rei. Conheceram-se pelo menos três

levas de colonos, a última foi destinada ao povoamento da Herdade da Açafa. Esta vaga de colonos viria do Sul de França.

Esses colonos instalaram-se junto das fortalezas construídas pelos monges guerreiros e aí ergueram habitações e deram o nome das suas antigas povoações, provavelmente o nome Nisa, surgiram de Nice em França, aqui era a “Nova Nice”, ou melhor Nisa a Nova.

Assim nasceram Arez (Arles), Montalvão (Montblanc), Tolosa (Toulouse), cidades situadas no Sul de França.

Ainda há a referir que o Foral datado de 1512, dado por D. Manuel á Vila de Nisa, apresentava a palavra Nisa escrita com dois SS, provavelmente devido á influência da palavra Nice.

Não podemos, nem é essa a nossa intenção, confrontar estas duas teses, só podemos referir que as bases documentais destas são historicamente e tecnicamente muito diferentes, com um intervalo em termos temporais bastante pronunciado, notando-se por isso uma evolução em termos da defesa das mesmas. Teremos que recordar que o Prof. José de Figueiredo se baseou em escritos mais antigos, não nos revelando sempre as suas fontes, tendo o Dr. Motta e Moura grande importância na construção das suas teses, uma vez que a Monografia de Nisa foi beber muitos dos conhecimentos descritos na Memória Histórica da Vila de Nisa.

Deixando para trás a problemática que envolve a fundação da Vila de Nisa, poderemos avançar para o estudo de Nisa enquanto Concelho.

Ao longo dos tempos foram concedidos outros privilégios, D. João I atribui o título de **Notável** à Vila de Nisa e por sua vez D. João IV por carta régia de 13 de Outubro eleva Nisa á categoria de Marquesado, de que fez mercê D. Vasco Luís da Gama, 5.º Conde da Vidigueira.

Até 1834 Nisa foi administrada por uma câmara composta por três Vereadores, o presidente era o Juiz de Fora, nomeado pelo Rei.

Em termos populacionais, no ano de 1792 tinha 587 fogos e 1971 habitantes, em 1834, 626 e 2045 respectivamente e em 1854, 776 e 2992. Nota-se uma tendência sempre crescente, no início do século XX atribui-se á freguesia de Espírito Santo 3485 habitantes e á da Senhora da Graça 1216.

Em termos eclesiásticos pertenceu primitivamente á Dioceses da Guarda, tendo transitado para a Diocese de Portalegre a quando da sua instituição em 1549.

2.2. História das Freguesias

Aborda-se de seguida alguns aspectos relativos às maiores freguesias, nomeadamente Montalvão, Alpalhão e Tolosa. No que respeita às restantes freguesias ou os lugares que as constituem, não foi produzido até ao momento um estudo aprofundado sobre estas, apenas existem ideias gerais.

MONTALVÃO

A actual freguesia de Montalvão foi concelho até 1836. Pertencia ao Mestrado da Ordem Cristo, e ao Bispado de Portalegre, possuía castelo e muralhas, fora-lhe concedido Foral pelo Rei D. Manuel em 1512.

Em pleno século XVIII, detinha Hospital, que foi albergaria e se anexou á Santa Casa da Misericórdia. O Orago da Matriz era e é Nossa Senhora da Graça.

ALPALHÃO

Relativamente á freguesia de Alpalhão foi também concelho até 1836. Recebeu o 1º Foral em 1160 concedido por D. Afonso Henriques confirmado em 1286 por D. Afonso III. Pertenceu á Ordem de Cristo. Recebeu novo Foral em 1512, dado por D. Manuel. Tinha Castelo, erguido por volta de 1300 pelo Rei D. Dinis, podemos contempla-lo na obra de Duarte D Armas, foi destruído em plena Guerra da Sucessão.

Em 1527 era a Vila pertença do Mestrado. Em 1762 era Vila na Correição de Portalegre, e em 1821 era Concelho na divisão eleitoral e Comarca de Portalegre, com uma só freguesia – Senhora da Graça – com 460 fogos e 1540 habitantes, No ano de 1835 era Concelho no Julgado de Nisa, Beira Baixa, em 1842 era Concelho do Distrito Administrativo de Portalegre, com três freguesias; Alpalhão, Gáfete e Tolosa.

O Concelho de Alpalhão é extinto em 31 de Dezembro de 1853, passando para o Concelho de Nisa.

Em 1895 as freguesias de Alpalhão e Tolosa foram posteriormente integradas no Concelho do Crato, mas decorridos 3 anos, por Decreto de 18 de Janeiro são novamente reintegradas no Concelho de Nisa.

TOLOSA

A questão da origem da freguesia de Tolosa poderá estar resolvida se aceitarmos por certa a tese que Carlos Cebola apresente na sua obra, Nisa a Outra História, em que refere que a fundação de Tolosa está directamente ligada aos povoadores que chegaram da região Francesa do Languedoc, com o objectivo de povoar a herdade da Açafa, onde geograficamente se inseria o território actual da freguesia de Tolosa.

Aliás esta tese para além de estar bem documentada em termos científicos tem como suporte a ligação do termo Tolosa a Toulouse.

Recebeu o seu primeiro foral em 1262, concedido pelo Grão Prior do Crato, D. Afonso Peres e o segundo foral em 1517, dado por D. Manuel I.

Em 1708, Tolosa tinha dois juízes ordinários, dois vereadores, um procurador do Concelho, um escrivão de Câmara e Almoçaria, um tabelião do judicial, um porteiro e um carcereiro.

Foi sede do concelho até à sua extinção em 1855. Passou para Nisa, mas a 26 de Setembro de 1895 foi anexado ao do Crato, voltando a Nisa por decreto de Janeiro de 1898.

Tem como orago Santo Amaro.

AMIEIRA DO TEJO

Em termos de evolução histórica de Amieira do Tejo existem períodos que se encontram pouco estudados, o que dificulta qualquer investigação.

A documentação existente revela que Amieira do Tejo conheceu um grande desenvolvimento em termos urbanísticos, políticos e, militares a partir do momento em que é construído o Castelo devido á guarnição que lhes estava adstrita. De períodos anteriores pouco se revela e os testemunhos de património construído são quase nulos.

Atendendo á situação geográfica de Amieira que se encontra num Vale, cujos termos são na maioria de origens naturais, a construção do castelo efectuada neste vale surgiu talvez, devido á importância estratégica – militar do Rio Tejo. Era talvez a partir daqui que poderia surgir algum perigo, tornando-se o castelo um ponto estratégico.

É provável que o 1º Foral tenha sido dado em 1256 por um prior do Crato, Frei D. Gonçalo Viegas ou Frei D. Afonso Pires, isto no reinado de D. Afonso III, no século XVI este Foral foi renovado e confirmado pelo Rei D. Manuel I.

Amieira do Tejo alargou os seus limites em 1836 pela extinção do concelho de Vila Flor e sua anexação a Amieira para efeitos civis. A anexação, quando em termos religiosos deu-se em 1856, pela extinção da freguesia.

Já no reinado de D. João III, quando em 1532 se procedeu ao arrolamento mandado fazer por sua ordem, com notícias das dimensões e termos de Amieira do Tejo. Pertenceu ao Priorado do Crato, teve por Fortaleza, cujo Alcaide – mor era Afonso Telez. A jurisdição e renda eram do Infante, as Sisas e terças do Concelho.

Pertenceu ao Almojarifado de Portalegre, tinha uma freguesia, Vila Flor.

3. Património Arquitectónico e Arqueológico

3.1. Imóveis Classificados

No concelho de Nisa encontram-se 12 imóveis classificados, dos quais três estão classificados como Monumento Nacional, um de Interesse Municipal e oito de Interesse Público (**Tabela 1** e **Anexo 1**). Quatro imóveis encontram-se em vias de classificação e existe um elevado número de imóveis com interesse patrimonial de passível classificação.

Tabela 1 – Imóveis classificados e em vias de classificação no concelho de Nisa.

Imóvel	Freguesia	Classificação	Decreto/Ponto situação
Castelo de Amieira do Tejo	Amieira do Tejo	Monumento Nacional	Dec. n.º 8 447, DG n.º 233 de 10/11/1922
		Zona Especial de Protecção	DG, n.º 266 de 16/11/1949
Anta de S. Gens/Anta da Vila de Nisa	Espírito Santo	Monumento Nacional	Dec. de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23/06/1910
Muralhas e Portas da Vila e Montalvão	Nossa Senhora da Graça	Monumento Nacional	Dec. n.º 8 228, DG n.º 133, de 04/07/1922
Capela do Calvário	Amieira do Tejo	Imóvel de Interesse Público	Dec. n.º 37 801, DG n.º 78, de 02/05/1950
Cruzeiro de Alpalhão	Alpalhão	Imóvel de Interesse Público	Dec. n.º 129/77, DR n.º 226, de 29/09/1977
Fonte da Pipa	Espírito Santo	Imóvel de Interesse Público	Dec. n.º 45 327, DG n.º 251, de 25/10/1963
Pelourinho de Nisa	Nossa Senhora da Graça	Imóvel de Interesse Público	Dec. n.º 23 122, DG n.º 231, de 11/10/1933
Ponte medieval sobre a Ribeira de Figueiró/Ponte Romana de Albarrol/Vila Flor	Amieira do Tejo	Imóvel de Interesse Público	Dec. n.º 44 075, DG n.º 281, de 5/12/1961
Capela de Nossa Senhora da Redonda	Alpalhão	Imóvel de Interesse Público	Dec.n.º67/97, DR n.º 301, de 31/12/1997
Ermida de Nossa Senhora dos Prazeres	Nossa Senhora da Graça	Imóvel de Interesse Público	Dec. n.º 45 327, DG n.º 251, de 25/10/1963
Pelourinho de Montalvão ou Cruzeiro	Montalvão	Imóvel de Interesse Público	Dec. n.º 23 122 de 11/10/1933
Igreja Matriz de Montalvão	Montalvão	Imóvel de Interesse Municipal	Dec. n.º 129/77, DR n.º 226, de 29/09/1977
Castelo de Montalvão	Montalvão	Monumento em vias de Classificação	Envio da proposta para IPPAR em 1992
Igreja da Misericórdia de Nisa	Nossa Senhora da Graça	Monumento em vias de Classificação	Despacho de abertura de 13-01-1992 do Presidente do IPPC
		Zona Especial de Protecção	Proposta de 10-12-2009 da DRCAIentejo
Conjunto de Nossa Senhora da Graça	Nossa Senhora da Graça	Monumento em vias de Classificação	Despacho de abertura de 23-10-1997 do Vice-Presidente do IPPAR
Área Arqueológica do Conhal / Arneiro	Santana	Monumento em vias de Classificação	Enviado para IGESPAR em 1999

3.1.1. Monumentos Nacionais

Castelo de Amieira do Tejo



Edificado em meados do séc. XIII, sofreu várias modificações nos séculos posteriores. Tem planta quadrilátera, circundado por barbacã e flanqueado por quatro torres quadradas. A Torre de Menagem possui janelas, sendo uma geminada e outra com arco pontiagudo e moldura de toros.

Ilustração 1 - Castelo de Amieira do Tejo, M. N.

Anta de S. Gens



Monumento de planta simples circular irregular, tem 5 esteios de granito de forma rectangular apontada cravados no solo, inclinados para o interior, alguns espaços entre os esteios são preenchidos por pequenas pedras. Cobertura em chapéu, formado por laje única piramidal. Possui câmara e porta de separação corredor/câmara, conservando-se ainda os ortostáticos e algumas pedras do corredor.

Ilustração 2 - Anta de S. Gens, M. N.

Muralhas e Portas da Vila e Montalvão



Ilustração 3 – Porta da Vila, M. N.



Ilustração 4 – Porta de Montalvão, M. N.

Antigo castelo, mandado construir por D. Dinis, apenas subsistem duas torres; alguns panos de muralha e duas portas principais: a da Vila e a de Montalvão. Esta, de finais do século XIII, é de arco pontiagudo sem impostas nem pilares. A Porta da Vila, da mesma época, tem sofrido várias modificações. Tem arco de volta redonda assente sobre impostas quadradas e está flanqueada por duas meias torres com ameias.

3.1.2. Imóveis de Interesse Público

Capela do Calvário



Localizada numa das zonas mais elevadas de Amieira do Tejo, a Capela do Calvário beneficia de uma implantação privilegiada sobre a povoação, facto que cumpre as premissas da sua invocação.

Ilustração 5 – Capela do Calvário, I.I.P. - Amieira do Tejo.

O templo que hoje conhecemos não é o original, pois há notícias de um outro, demolido no início do séc. XVIII, para dar lugar ao actual. Não se sabe em que data começou a ser edificado mas, em 1728, já se encontrava em construção, como comprova o testamento de Pedro Vaz Caldeira, que instituiu uma capela com os seus bens, cujos rendimentos deveriam ser aplicados na obra do Calvário.

Contudo, as obras prolongam-se, apenas a capela-mor estava concluída, já com o retábulo, em cantaria (a imitar talha), que custou oito mil cruzados. Faltava, no entanto, “fazer o corpo da igreja, cujo gasto se tira dos bens que para este efeito deixou Pedro Vaz Caldeira, Sargento-mor que foi desta vila” (CARDOSO, 1751).

É possível que as obras tenham avançado entre as décadas de 30 e 40, uma vez que a cartela do portal principal ajuda a datar todo o edifício: *Esta igreja mandou fazer Pedro Vaz Caldeira. Ano de 1740.*

De nave única, com duas capelas laterais correspondentes ao transepto e capela-mor quadrangular, a Capela afasta-se da planimetria e dimensões que habitualmente caracterizam estes templos. A fachada principal é flanqueada por pilastras -cunhais encimados por pináculos, situação que se repete nos restantes ângulos do edifício, à excepção da cabeceira, rematada por pinhas.

Ao centro abre-se o portal, de moldura recta mas encimado por frontão rectangular, assente sobre mísulas e ladeado por urnas. Uma cartela, com inscrição acima transcrita, encontra sobre o entablamento e o frontão. Remata o conjunto um frontão recortado que enquadra um nicho, a que se sobrepõe um frontão curvo, interrompido pela cruz.

Nas fachadas laterais destaca-se o conjunto de óculos que se abrem na zona superior e que iluminam directamente a nave. O interior é percorrido por uma cimalha que se une ao arco triunfal e percorre todo o perímetro do templo. As capelas laterais são definidas por arco de cantaria, a pleno centro, com impostas salientes, e a nave exhibe ainda um púlpito de linhas simples, cuja porta é encimada por cornija saliente.

No interior, o retábulo de cantaria a imitar talha, e a imagem de Cristo crucificado, já mencionada no Dicionário de Padre Luís Cardoso.

Mandada edificar por Pedro Vaz Caldeira em 1729.

Cruzeiro de Alpalhão



Obra dos meados do séc. XVI, constituída por coluna sextavada assente sobre três degraus em granito. A encimá-la tem uma cruz chanfrada com imagem de Cristo numa face e uma Pietá na outra.

Em 1953 foi demolido o bloco de granito no qual assentava, sendo reconstruído pouco tempo depois.

Ilustração 6 – Cruzeiro de Alpalhão, I.I.P.

Fonte da Pipa



Fonte de mergulho com tanque situado abaixo do nível do terreno, munido de uma pequena bica situada quase ao nível da água, quando cheio. Ao pavimento empedrado do recinto da fonte acede-se por pequena escada de três degraus. O tanque encontra-se protegido e decorado por um alpendre que se apoia, na parte posterior, no espaldar que contém esculpidas duas colunas de capitéis jónicos e, na parte anterior, em duas colunas com idênticos capitéis.

Ilustração 7 – Fonte da Pipa, I.I.P.

As colunas suportam um entablamento decorado com denteado no friso. Após a cornija, ergue-se uma cúpula tronco -cónica rematada por uma segunda cornija, sobre a qual se apresenta um calvário sobre um plinto.

Construída em 1706 por João Alvares.

Pelourinho de Nisa



Ilustração 8 – Pelourinho de Nisa, I.I.P.

Monumento constituído por soco de três degraus de planta quadrangular; ao centro plinto muito alto ornado em cada face por dois medalhões estrelados. Sobre ele uma coluna de base muito baixa, fuste piramidal octogonal e capitel simples ostentando numa das faces um brasão esculpido; sob ele arrancavam quatro ferros recurvos. Remate em pinhas coroada de esfera armilar em ferro e sobre ela uma mão empunhando uma espada também em ferro.

Este terá vindo substituir o antigo pelourinho manuelino. Em 1917 servia para suporte de bandeira indicativa da venda de petróleo junto á Capela do Calvário. Em 1938 os bancos serviam de bancos públicos no Rossio da vila e o fuste, á entrada do mesmo servia de poste para afixação de cartazes. Foi finalmente removido para o local onde se encontra actualmente em 1968.

Ponte medieval sobre a Ribeira de Figueiró/Ponte Romana de Albarrol/ ponte romana de Vila Flor



Ponte com três arcos: o central é mais alto e de volta perfeita e os laterais em arco abatido. As arquivoltas, de uma só fiada de aduelas, apoiadas em pilares quadrangulares munidos de talhamares agudos a montante e cónicos a jusante, apoiados em enormes blocos de granito; sobre os arcos corre o tabuleiro horizontal com muros laterais vazados de pequenas aberturas quadradas.

Ilustração 9 – Ponte Medieval sobre a ribeira de Figueiró, I.I.P.

Desconhece-se a data de construção. Faz parte da arquitectura civil pública, Romana, Medieval. O tipo de construtivo, de arco central mais elevado, talhamares de diversos perfis a jusante e montante.

Capela de Nossa Senhora da Redonda



Capela de planta composta. Volumes articulados com coberturas de duas e uma água: respectivamente o do edifício da nave e exonártex, o do altar e o da sacristia.

Ilustração 10 – Capela de Nossa Senhora da Redonda, I.I.P. – Alpalhão.

A fachada Sudoeste apresenta a entrada da capela, em arco de volta inteira, o janelão do coro e é encimada por uma cruz situada no vértice da empena; a Sudeste possui uma porta lateral; a Nordeste constitui o tardo; a Noroeste, o volume da sacristia, com duas janelas e uma porta, as escadas para o coro, um púlpito exterior e um pequeno campanário já no telhado. Altar orientado a Este/Nordeste, construído em alvenaria policroma de inspiração clássica, com arquivolta semicircular suportada por pilastras e coluna torsa de ambos os lados, encimados por capiteis coríntios a que se propõe arquitrave com ressaltos; encimando a arquivolta, dois meninos coroam o escudo que apresenta o monograma Maria; a banqueta é forrada na frontaria com azulejos de cores azul e amarela que simulam os tecidos do frontal; o arco de volta inteira do altar abre um trono, mais profundo, em mármore encimado por edícula guarnecida por elementos vegetalistas em mármore onde estava a imagem da padroeira. Esta câmara, que possui a porta para a sacristia a Noroeste; apresenta abóbada de nervuras que se cruzam em quatro bocetes e no fecho. Liga-se à nave através de arco de volta inteira com moldura de granito. Nave única com porta lateral do lado do Evangelho e púlpito do lado da Epístola. O tecto da nave é de forro de madeira com inúmeros barrotes ligados por asnas, formando arco angular. Portal da entrada de verga recta decorado com moldura granítica e frontão ondulado de inspiração barroca, ladeado por duas janelas gradeadas. Antecede o portal em exonártex com banco corrido e arco de volta inteira com moldura de granito a dar para o adro que possui um cruzeiro baixo na zona central. Sobre o exonártex situa-se o coro, munido de janelão e balaustrada. A Sudeste da capela situa-se a casa do ermitão, com estrebaria e quintal.

Ermida de Nossa Senhora dos Prazeres



Edifício do século XVI, reconstruído sobre outro, possivelmente do século XIV, do qual subsiste o portal ogival que permite a entrada no interior do templo. O arco ogival, na porta de acesso á capela, assenta sobre dois colunelos com bases chanfradas e capitéis com pequenos ressaltos. O interior é de abóbada de nervuras, pintadas, tendo ao centro, no fecho, uma cruz de Cristo.

Ilustração 11 – Ermida de Nossa Senhora dos Prazeres, I.I.P.

Pelourinho de Montalvão



Ilustração 12 – Pelourinho de Montalvão, I.I.P.

Imóvel classificado, conforme disposto no Dec. Lei n.º 23 122 de 11/10/1933, embora não conste na lista do *site* do IGESPAR ou nos documentos cartografados conhecidos.

A autarquia teve conhecimento desta classificação aquando da intervenção na envolvente à Igreja Matriz de Montalvão (com parecer favorável do IPPAR/DRE de 2007-01-09). No seguimento desta intervenção procedeu-se ao restauro do pelourinho, localizado no terreiro envolvente à fachada lateral direita da igreja, que se encontrava há anos com inúmeras patologias (fracturas na pedra e colonização biológica).

Este monumento deverá ter sido construído no período manuelino.

3.1.3. Imóveis de Interesse Municipal

Igreja Matriz de Montalvão



Dedicada a Nossa Senhora da Graça, a igreja destaca-se da malha urbana pela imponência dos seus volumes. Edificada no século XIV ou final do século XII, foi depois objecto de campanhas de obras da época quinhentista e barroca. Já no século XX outras intervenções, certamente de consolidação e restauro, alteraram a estrutura de apoio quer das naves laterais quer do coro.

Ilustração 13 – Igreja Matriz de Montalvão, I.I.M.

O portal principal é um dos poucos elementos que restam da primitiva construção. Inscrito em gablete de remate triangular, desenvolve-se em arco de volta perfeita formado por arquivoltas triplas que assentam em colunelos com capitéis de folhagens. É sobrepujado por um óculo mais recente, e flanqueado por duas frestas. A fachada, em empene, é mais larga do que alta, facto ainda mais evidenciado pelas torres que a ladeiam e se elevam bem acima da linha dos telhados. Uma delas é mais alta, mas ambas apresentam panos cegos, apenas abertos pelas sineiras, com pedraria aparente nos cunhais e remate em coruchéu.

No interior, de características já quinhentistas, o espaço divide-se em três naves, separadas por arcaria de volta perfeita, assente sobre colunas, definido cinco tramos, sendo que os arcos na área do coro são mais baixos.

A zona da cabeceira é, no entanto, mais recente, apresentando tecto em caixotões e retábulo de talha policroma numa composição que recorda os modelos proto-barrocos. A ser original, foi profundamente alterada e repintada.

Quanto aos restantes altares, os dois colaterais são de talha dourada barroca e, na nave, ganha especial interesse a capela do século XVII, aberta por arco de volta perfeita inscrito numa estrutura de pilastras e entablamento em granito, e um outro retábulo em mármore de Estremoz, já do século XVIII.

3.1.4. Imóveis em Vias de Classificação

Castelo de Montalvão

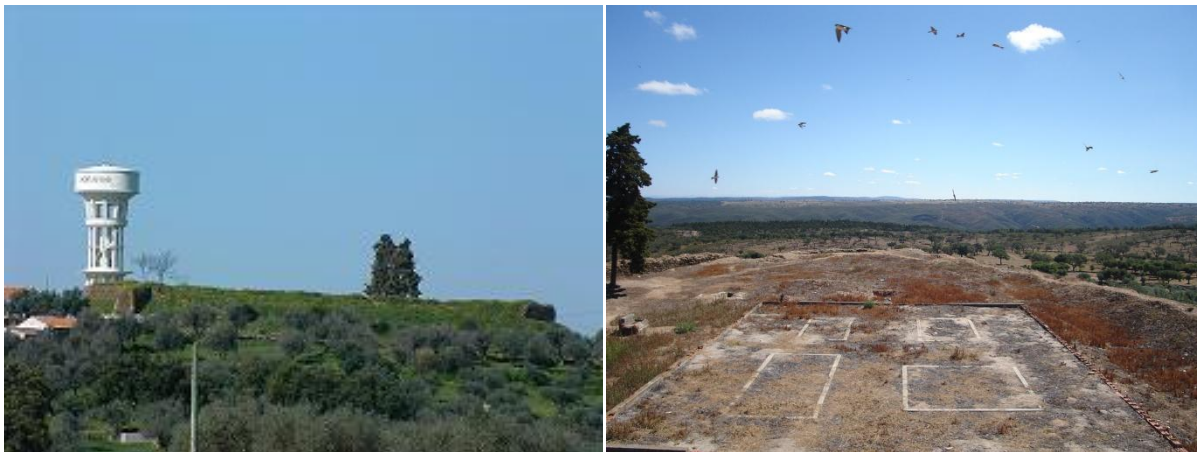


Ilustração 14 e 15 – Castelo de Montalvão, em vias de classificação.

Processo que remonta a 1992, instruído pela Câmara Municipal e enviado para o I.P.P.A.R, mas até à data não foi formulada nenhuma decisão sobre o assunto.

Montalvão foi uma importante povoação do Alto Alentejo nos primeiros tempos da monarquia portuguesa. A necessidade de protecção deste sector da fronteira, aliada à pouco efectiva presença populacional, determinou que a localidade se instituisse como sede de um território vital para a sobrevivência da ordem cristã na região. Não admira, por isso, que tenha sido Comenda da Ordem de Cristo, instituição que terá estado na origem do castelo que genericamente chegou até nós. A sua construção tem sido apontada no reinado de D. Dinis, mas o monumento carece ainda de um estudo arqueológico mais vasto que permita extrair conclusões acerca das fases de ocupação por que passou.

A fortaleza baixo-medieval não terá sido uma obra de grande envergadura, na medida em que, nos inícios do século XVI, Duarte d'Armas desenhou-a como tendo apenas uma muralha, sem qualquer torre anexa, fazendo-se o acesso ao espaço intra-muros por porta única. Essa entrada foi reconstruída um século depois, por certamente apresentar grande ruína, adquirindo então a feição classicizante, de lintel recto entre pilastras que suportam uma arquitrave, que ainda hoje ostenta, e que contrasta com o aparelho miúdo e irregular com que a cerca que define o castelo foi executada.

(PAF – IPPAR/sem data)

Igreja da Misericórdia de Nisa



Ilustração 16 – Igreja da Misericórdia de Nisa, em vias de classificação.

Despacho de abertura de 13-01-1992 do Presidente do IPPC; Proposta de Zona Especial de Protecção em 10-12-2009 pela DRCAentejo.

A primeira instituição assistencial referenciada na história da vila de Nisa é a Albergaria, fundada em 1218 pelo mestre templário D. Pedro Alvitis, com o objectivo de "recolher e hospedar os passageiros, tratando os enfermos, fossem ricos ou pobres" (FIGUEIREDO, José, 1989, p. 132). Com a extinção da Ordem do Templo em 1312, a Albergaria de Nisa ficou entregue a uma confraria local, funcionando até ao início do século XVI.

Em 1520 um grupo de homens bons da vila fundou a Irmandade da Misericórdia local, seguindo o Compromisso da Misericórdia de Lisboa (União das Misericórdias Portuguesas, 2003, p. 295). Os bens da albergaria medieval passaram então para esta confraria, e os irmãos deram início à edificação do seu templo no primeiro quartel do século XVI.

Este templo apresenta uma estrutura exterior muito comum nas igrejas das irmandades de Misericórdia construídas na primeira metade do século XVI. O conjunto apresenta um modelo simples, em que se destaca o portal principal pela riqueza decorativa. De pano único, a frontaria apresenta ao centro um portal de arco de volta perfeita inserido num alfiz rectangular enquadrado por pilastras.

O arco é lavrado com motivos de grotesco, num efeito decorativo que se estende também à arquitrave do pórtico e às sineiras, colocadas nos remates superiores do pano da fachada. Sobre o conjunto do portal foi aberto um nicho com volutas e encimado por cruz, ladeada por duas frestas abertas na parede.

O espaço interior, de dimensões muito reduzidas, é composto por uma única nave coberta por abóbada. Nas paredes laterais, marcando um registo superior, foram colocadas as tribunas dos irmãos da Misericórdia. Edificadas em madeira, a do lado direito destinava-se aos irmãos que não faziam parte da Mesa da irmandade, e a do lado oposto, que permite a ligação ao púlpito, destinava-se ao provedor e aos mesários (FIGUEIREDO, José, 1989, p. 79).

A capela-mor, de planta quadrangular, apresenta um programa decorativo de gosto rococó, realizado no final do século XVIII. Tanto a cobertura do espaço, feita por tecto de madeira pintado, como o conjunto do altar foram executados e dourados em 1791 (Idem, ibidem, p. 80).

(Catarina Oliveira IPPAR/2006).

Conjunto de Nossa Senhora da Graça



Ilustração 17 e 18 – Conjunto de Nossa Senhora da Graça, em vias de classificação.

Despacho de abertura de 23-10-1997 do Vice-Presidente do IPPAR.

Trata-se de uma área relativamente vasta, correspondendo a uma elevação de terreno, e formando um conjunto harmonioso do ponto de vista paisagístico e patrimonial. Nesta zona encontram-se diversos monumentos e vestígios arqueológicos, nomeadamente um cruzeiro, as ruínas da Igreja de Santiago, diversas fontes, as Ermida dos Fiéis de Deus, de Nossa Senhora dos Prazeres e de Nossa Senhora da Graça, um castro, uma via romana calcetada, vários fragmentos de cerâmica e a ponte de Nossa Senhora da Graça, sobre a Ribeira de Nisa.

O cruzeiro, setecentista, é também conhecido por Cruz Alta, e possui data inscrita no pedestal (1638). Situa-se diante das ruínas da Igreja de Santiago. As fontes são em número de quatro, sendo uma destas coberta, e conhecida justamente como Fonte Coberta. Outra encontra-se soterrada. As ermidas são setecentistas, embora, pelo menos no caso da Ermida de Nossa Senhora da Graça, seja reconhecida uma origem muito mais antiga.

O castro, pré-romano, corresponderá ao vestígio de ocupação mais antigo do local. A presença romana fica atestada por vários elementos, incluindo troços da via já citada, com calçada, a ponte que cruza a Ribeira de Nisa (também conhecida como Ponte Moura, Romana ou Medieval), e diversos fragmentos de tegullae e cerâmicas. Existe ainda uma lápide (ara) romana embutida numa parede da Ermida de Nossa Senhora da Graça.

A ponte romana, de grande beleza, é composta por cinco arcos de aduelas de granito e por um tabuleiro horizontal lajeado, que possuía guardas de altura elevada. Tem quatro quebra-rios a montante. Não é provável que a ponte hoje existente seja romana, mas as suas fundações são-no muito provavelmente.

(Sílvia Leite / DIDA - IGESPAR, I.P. / 2009).

Área Arqueológica do Conhal



Ilustração 19 e 20 – Área Arqueológica do Conhal - Arneiro, em vias de classificação.

Área com cerca de 90 hectares, com interesse arqueológico, cujo processo de classificação deu entrada no IGESPAR em 1999.

O actual território português ostenta diversos indicadores de uma actividade mineira antiga, nomeadamente do período romano, cuja pertinência é verificada na recuperação da sua exploração em períodos subsequentes, nomeadamente durante a Idade Moderna (ALARCÃO, J. de, 1990, p. 426), como será o caso da "Área Arqueológica do Conhal", correspondente a uma superfície superior a noventa hectares situada entre o Alto Alentejo e a Beira Baixa.

Profundamente marcado pela presença e pela actividade humana ao longo de milénios, numa confirmação das condições que a região correspondente, na actualidade, ao concelho de Nisa sempre propiciou à sobrevivência e permanência de comunidades humanas, o termo no qual se encontra é particularmente rico em vestígios de uma extensiva exploração mineira aurífera levada a efeito pelo poder de Roma.

Uma realidade assaz visível nos vários montículos de conhos (designação local para os monumentais aglomerados de pedras rolantes), dos quais os romanos (à semelhança do que sucederia com os muçulmanos) conseguiam, através da aplicação das técnicas apropriadas, extrair pequenas partículas de ouro agregadas à superfície destas pedras. (Martins, A. - IGESPAR, I.P.).

3.1.5. Zonas de Protecção de Bens classificados ou em vias de classificação

Segundo a Lei do Património Cultural, Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro, a Classificação de um Bem Imóvel visa distingui-lo pelo seu valor histórico, cultural ou estético e garantir a sua conservação, conferindo-lhe uma protecção legal e um estatuto privilegiado. A criação de zonas de protecção resulta da necessidade de proteger a envolvente próxima dos bens culturais classificados.

O planeamento e o desenvolvimento urbanísticos devem ter presentes os importantes recursos culturais, sociais e económicos que constituem o património arquitectónico e arqueológico, pois grande parte do significado e do valor cultural de alguns monumentos importantes resulta da relação que estabelecem com a sua envolvente urbana ou natural.

Zonas Especiais de Protecção

A lei portuguesa reconhece a possibilidade de proteger legalmente a envolvente dos imóveis classificados, através do estabelecimento de zonas especiais de protecção, estudadas caso a caso, de acordo com as características históricas, paisagísticas e topográficas de cada local em que se situem um ou mais bens imóveis classificados.

As zonas especiais de protecção protegem a envolvente dos mais importantes monumentos classificados. Podem incluir áreas onde não é permitido erguer qualquer construção, áreas *non aedificandi*.

Para os casos em que não foi estudada ou não se justifica o estabelecimento de uma zona especial de protecção vigora uma zona de protecção automática, de 50 metros, a contar dos limites exteriores do bem classificado ou em vias de classificação.

Nas zonas de protecção dos imóveis classificados ou em vias de classificação deverão, assim, ser evitadas as obras de construção civil ou a instalação de quaisquer elementos que, pela sua presença, e independentemente do seu valor estético, destruam a harmonia do local.

A lei impõe que as autarquias e demais entidades licenciadoras recolham o prévio parecer do IGESPAR em todos os projectos de obras nas zonas de protecção, só podendo autorizar os trabalhos ou instalações que tenham obtido a aprovação deste Instituto.

No concelho de Nisa, o único monumento que detém uma Zona Especial de Protecção (ZEP) é o Castelo de Amieira do Tejo (Monumento Nacional) – DG n.º 266 de 16/11/1949 –

Ilustração 21.

Existe uma proposta de classificação de Zona Especial de Protecção para a Igreja da Misericórdia de Nisa (que se encontra em vias de classificação) - Proposta de 10-12-2009 da DRCAentejo.

Os restantes imóveis classificados possuem uma zona de protecção automática, de 50 metros, a contar dos limites exteriores do bem classificado ou em vias de classificação, conforme o disposto no Artigo 43.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro.

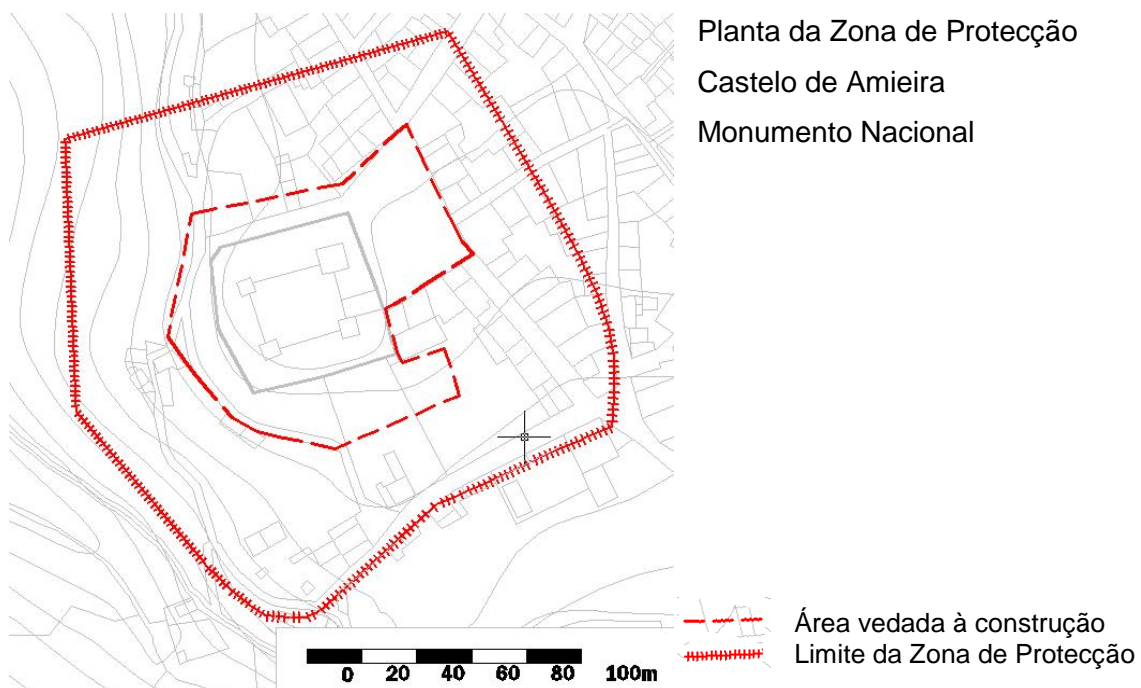


Ilustração 21 – Planta da Zona Especial de Protecção do Castelo de Amieira do Tejo.

. Fonte: Divisão de Projectos, CMNisa

3.2. Imóveis com Interesse patrimonial de passível classificação

3.2.1. Arquitectura Religiosa

Freguesia de Amieira do Tejo

- Igreja da Misericórdia

Freguesia de Alpalhão

- Igreja Matriz
- Igreja do Calvário
- Igreja do Espírito Santo/Misericórdia

Freguesia de Espírito Santo (Nisa)

- Igreja do Espírito Santo
- Igreja do Calvário

Freguesia de Nossa Senhora da Graça (Nisa)

- Igreja Matriz

Freguesia de S. Matias

- Igreja do Cacheiro

Freguesia de S. Simão

- Igreja Matriz do Pé da Serra

Freguesia de Montalvão

- Igreja da Salavessa

3.2.2. Arquitectura Civil

- Palacete e quinta urbana da Casa Inglesa
- Palacete na rua Júlio Basso, nºs 66/77 (Casa Brasileira)
- Palacete na rua Júlio Basso nº45 a 49
- Solar do abade Silveira, rua Cândido dos Reis, nº24
- Edifício do Antigo Teatro Nisense
- Palacete da Sociedade Recreativa Nisense, rua Cândido dos Reis, 26 e 28
- Casa Senhorial no Largo Heliodoro Salgado, nº 46 e48
- Casa Senhorial na Praça da República, nºs 126 a 128
- Casa Senhorial na Praça da República, nºs 116 a 119
- Casa Senhorial na Estrada das Amoreiras, nº 5
- Casa Senhorial na Estrada das Amoreiras
- Casa Senhorial na Praça da República, nº51
- Casa Senhorial na Praça da República, nº 53 e 55
- Casa Senhorial na Praça da República, nº 90ª
- Palacete e quinta urbana da Misericórdia na rua Dr. Manuel Arriaga
- Fonte Freixo – freguesia do Espírito Santo
- Solar do Largo Telles Gonçalves, 13, Tolosa
- Solar da rua Dr. Bettencourt, 2, Tolosa
- Solar do Barão de Gáfete, rua de Abrantes, 2, Tolosa

Centro Histórico de Nisa

- Solar dos Lopes Tavares, Praça do Município, nºs 17e 18
- Palacete da Câmara Municipal de Nisa, Praça do Município, nºs 5 e 5ª
- Palacete na Rua Dr. Mário Miranda Monteiro, nºs 1/7
- Palacete na Rua Dr. Mário Miranda Monteiro, nºs 4 e 6
- Palacete na Rua D. António Lobo da Silveira, nº5
- Palacete na Rua Capitão Pais Morais, nºs21/23
- Palacete na Rua Capitão Pais Morais, nºs7 e 9
- Palacete na Rua Francisco Miguéns, nºs 19 e 21
- Palacete na Rua da Graça nºs 3/9 (Casa da Viscondesa)

- Hospital Velho, Rua Capitão Pais Morais, nºs 35 e 37
- Fonte do Frade, na Praça do Município
- Cadeia Velha, Rua da Cadeia Velha, nºs 2e 2A
- Palacete na Rua da Cadeia Velha, nºs 4/10
- Cadeia Nova, Largo da Cadeia Nova, nº 23
- Palacete Episcopal na esquina das Ruas de São Tiago e do Mourato
- Palacete no Largo Dr. António Granja, nº 23/25
- Palacete no Largo Dr. António Granja, nº 12/16
- Palacete na Rua Cândido dos Reis, nºs 9 e 11
- Palacete na Rua de Mourato, nºs 15 e 17
- Largo da Igreja Matriz, nºs 44 e 44A
- Largo da Igreja Matriz, nºs 10,11 e 12
- Palacete no Largo Dr. António Granja, nº 12/15/23
- Edifício da Antiga Câmara de Montalvão – Praça da República, 32

3.2.3. Património Militar

Nisa detém três exemplares de arquitectura militar, destacando-se o **Castelo de Amieira** (Monumento Nacional), por ser um bom exemplar de arquitectura militar do século XV / XVI que se encontra em bom estado de conservação (**Ilustração 1**).

A gestão do Castelo de Amieira é feita entre a Câmara Municipal de Nisa e a Direcção Regional da Cultura, mediante assinatura de Protocolo de colaboração entre as duas instituições celebrado em Junho de 2009.

As Portas da Vila e Montalvão e Muralhas da vila em Nisa (Monumento Nacional) – **Ilustração 3 e 4** - e o **Castelo de Montalvão** (em vias de classificação) – **Ilustração 14 e 15** – são também bons exemplos deste tipo de património.

3.2.4. Outros elementos Patrimoniais

1) Sem prejuízo de um levantamento mais aprofundado, a realizar com a maior brevidade, consideram-se de valor patrimonial as seguintes **tipologias construídas**:

- Construções de apoio à produção (eiras e silos);
- Construções relacionadas com aproveitamento de água (pontes, represas, noras, fontes, tanques e levadas);
- Moinhos e Azenhas;
- Muros de pedra arrumada;
- Caminhos tradicionais;
- Edifícios de arquitectura erudita;
- Edifícios de construção religiosa (ermidas, passos, cruzeiros e igrejas);
- Muros apiários e furdões.

2) Na Freguesia de Alpalhão destacam-se as **marcas judaicas** nas ombreiras das portas:

São um conjunto considerável de marcas, tendencialmente rasgos ou cruces variadas nas ombreiras das portas e, segundo os especialistas, são fruto da religiosidade dos judeus que por aqui viveram depois da sua expulsão, pelos Reis Católicos espanhóis.

De seguida discriminam-se as marcas que subsistem actualmente:

- Rua do Borrvalho n.3 / **Cruz ombreira direita na horizontal**: Imóvel desabitado e má conservação;
- Rua do Borrvalho n.6 / **Era uma Cruz**: Foi tapada por uma nova caixilharia;
- Rua do Borrvalho n.7 / **Rasgo ombreira esquerda com cal**: Má visibilidade. Estado de conservação razoável;
- Rua do Castelo 28 / **Cruz ombreira esquerda**: Habitada e estado de conservação razoável;
- Rua do Castelo 44 / **Cruz ombreira esquerda com cal**: Má visibilidade. Desabitada. Total ruína;

- Rua do Castelo 55 / **Cruz no interior e rasgos no exterior**: Razoável. Casa – Museu;
- Rua Direita 13 / **Várias cruces**: Má visibilidade. Habitada. Estado de conservação – Bom;
- Rua Direita 30 / **cruz na ombreira direita**: Visível. Habitada. Estado de conservação – Bom;
- Rua Direita 60 / **Várias cruces**: Visível. Habitada. Estado de conservação regular;
- Rua Direita 63 / **Cruz na ombreira esquerda**: Visível. Habitada. Estado de Conservação regular;
- Rua Nova 12 / **Cruz na ombreira direita com cal**: Visível. Desabitada. Estado de Conservação – Mau;
- Rua dos Pelames 25 / **Cruz ao centro**: Visível. Desabitada. Ruína;
- Rua dos Pelames 33 / **Cruz na ombreira direita**: Má visibilidade. Palheiro. Estado de Conservação regular;
- Rua de Santa Maria 8 / **Cruz na ombreira direita com cal**: Visível. Quintal. Estado de Conservação – Bom;
- Rua de Santa Maria 9 / **Cruz na ombreira esquerda**: Visível. Desabitado. Estado de Conservação – Bom;
- Rua de Santa Maria 11 / **Cruz na ombreira esquerda com cal**: Visível. Habitado. Estado de Conservação – Bom;
- Rua de Santo António 5 / **Várias cruces nas duas ombreiras**: Visível. Habitada. Estado de Conservação – Bom;
- Rua de S. Pedro 19 / **Rasgo na ombreira direita**: Visível. Habitada. Estado de Conservação – Bom;
- Rua de S. Pedro 20 / **Cruz ao centro**: Visível. Desabitada. Estado de Conservação – Bom;
- Rua de S. Pedro 25 / **Cruz na ombreira direita**: Má visibilidade. Barbearia. Estado de Conservação – Regular;
- Rua de S. Pedro 27 / **Rasgos na ombreira esquerda**: Visível. Habitada. Estado de Conservação – Bom;
- Rua do Arrabalde 21 / **Cruz na ombreira esquerda com cal**: Má visibilidade. Desabitada. Em Ruína;
- Largo do Terreiro 16 / **Mais do que uma cruz**: Visível. Habitada. Estado de Conservação – Bom.

3) Arte Rupestre

Não existe muita informação em relação à arte rupestre presente no concelho mas sabe-se que existem estações desta arte nas margens do Rio Tejo e do Sever.

Já em 1985 Caninas e Henriques as referiam no seu estudo intitulado “Testemunhos do Neolítico e do Calcolítico no Concelho de Nisa” e referiam também que não se tinha uma identificação consensual e extensiva em relação a estas estações, agravando-se tal facto pela variedade de periodização dada aos conjuntos.

Segundo os autores, as estações arqueológicas do complexo de Arte Rupestre do Tejo situam-se em ambas as margens do rio Tejo e seus principais afluentes, entre a confluência do Ocreza, a jusante e Herrera de Alcântara, no Tejo Internacional (**Ilustração 22**).

Verifica-se uma densa mancha megalítica a Nordeste, que corresponde ao maior trecho da arte do Tejo, com mais de 50% da totalidade das gravuras (Serrão 1978 *in* Caninas e Henriques 1985).

Observa-se uma forte polarização entre os povoados do Neolítico-Calcolítico e as estações de arte rupestre. No concelho de Nisa isto verifica-se entre o povoado de S. Pedro [1] e a estação de Chão-da-Velha (*idem*).

Os autores referem ainda que a localização em mapa não é rigorosa.

As estações estão representadas em ambas as margens do Rio Tejo, sendo que a Sul (que corresponde ao concelho de Nisa) se evidenciam na zona Nordeste (entre a foz do Rio Sever e da Ribeira de Ficalho) e na zona que se situa a Sul da confluência da Ribeira de Nisa com o Rio Tejo, perto da povoação do Chão da Velha.

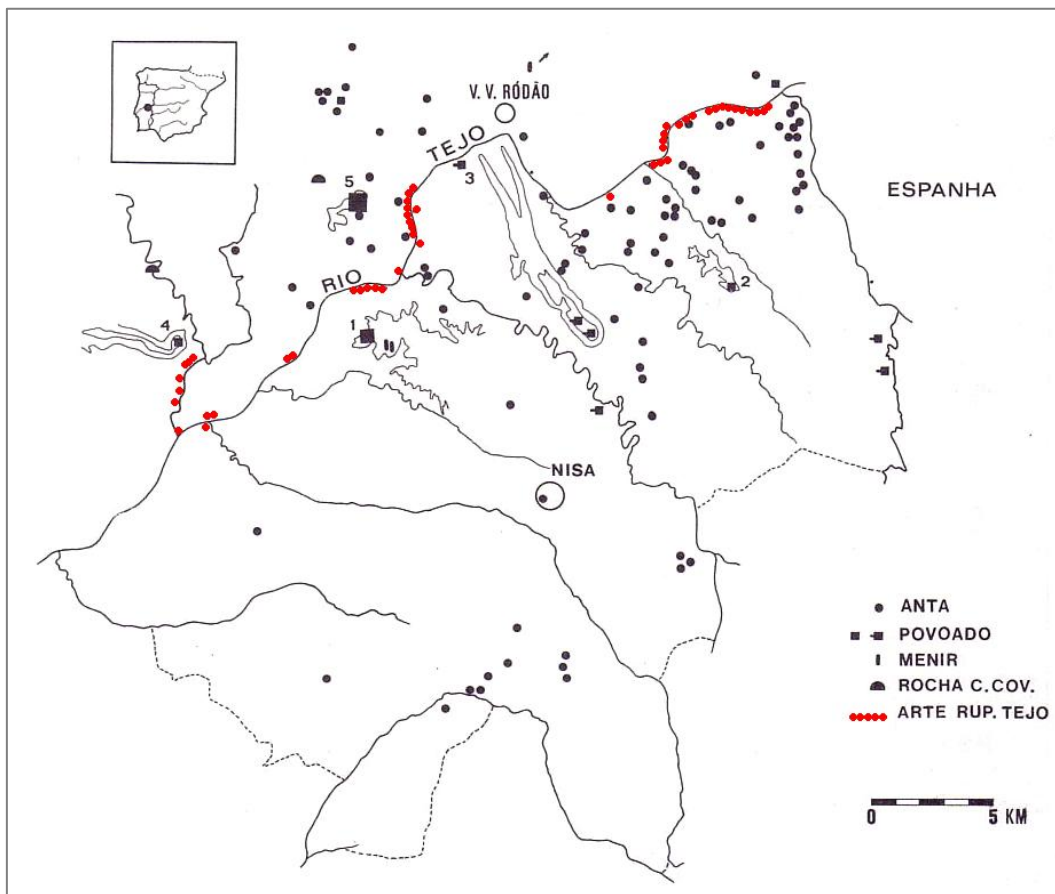


Ilustração 22 – Localização das estações de arte rupestre do Tejo.

Fonte: Caninas e Henriques 1985

Oosterbeek e Baptista (sem data) referem no “Memorando sobre a Criação do roteiro da Arte Rupestre Vale do Tejo – Vale do Côa” que os Sítios de Arte Rupestre no Vale do Tejo se situam ao longo de 40 km das margens do Rio Tejo e abrangem os concelhos de Vila Velha de Ródão, Mação e Nisa; formam o maior complexo de Arte Rupestre da Península Ibérica, composto por cerca de 40 mil figuras em 1500 rochas, compreendidas entre o Neolítico antigo e a Idade do Bronze.

As figuras são essencialmente de cariz zoomórfico, antropomórfico, astrais e geométricas. No concelho de Nisa existem 350 rochas gravadas, numa área de 3km, entre a barragem de Cedillo e o sítio do Alagadouro.

As gravuras foram identificadas nos anos 70, pouco antes da conclusão da Barragem do Fratel e da consequente submersão de muitos núcleos de gravuras.

O Doutor Martinho Baptista (Centro Nacional de Arte Rupestre) e mais alguns colegas nos anos 70 elaboraram o levantamento de todas as gravuras e decalque das mesmas em látex, que se encontram actualmente no Centro Nacional de Arte Rupestre/Foz Côa – IPA.

No Concelho de Nisa os podemos encontrar alguns núcleos nos seguintes locais:

- Cachão de S. Simão;
- Alagadouro;
- Lomba da Barca;
- Ribeira do Ficalho;
- Chão da Velha.

Apenas o primeiro ainda tem parte das gravuras a uma cota que permite a sua visualização, os restantes encontram-se com as gravuras submersas.

Há alguns anos atrás levantou-se a hipótese em avançar com um Centro de Interpretação da Arte Rupestre, a implementar na freguesia de Montalvão, centrado na área do Cachão de S. Simão por ser a única visitável, mas ficou apenas na fase de projecto. De qualquer forma entende-se que haverá sempre necessidade em avançar com propostas que visem o seu estudo e a sua divulgação.

3.3. Carta Arqueológica do Concelho de Nisa

Fase I – concluída em 2004, com cerca de 409 arqueosítios inventariados pela Universidade de Évora.

No ano de 2008 foi elaborado um estudo no âmbito de um trabalho final de licenciatura (Cebola 2008), do qual resultou a georeferenciação de cerca de 300 destes arqueosítios e a respectiva base de dados.

Fase II – foi elaborada pela ArCHeoestudos com o intuito de completar a Fase I. Foram identificados 340 sítios dispersos por todas as freguesias, excepto a de S. Matias.

Encontram-se cerca de 650 elementos patrimoniais georreferenciados (**Anexos 2, 3 e 4**), dos cerca de 750 inventariados na 1.^a e 2.^a fase da Carta Arqueológica do Concelho de Nisa (**Anexo 5**), no entanto surgem ainda algumas incongruências em relação às coordenadas geográficas que têm que ser revistas e confirmadas.

“Nisa é um concelho muito rico em termos patrimoniais, sendo que em alguns sítios se justifiquem intervenções arqueológicas mais profundas, quer no sentido de conhecer um pouco melhor o passado da região, mas também para valorizar determinados locais com potencial turístico, numa altura em que se assiste ao crescimento de Turismo Cultural” (Carta Arqueológica do concelho de Nisa. Fase II).

3.3.1. Sítios arqueológicos

O território concelhio é detentor de cerca de 750 arqueossítios já identificados e inventariados mas são apresentados individualmente, não como conjuntos ou sítios de interesse arqueológico.

O concelho não possui nenhum sítio arqueológico classificado mas encontram-se em vias de classificação duas áreas que merecem destaque em termos arqueológicos: o Conjunto de Nossa Senhora da Graça (**Ilustração 17 e 18**) e a Área do Conhal do Arneiro (**Ilustração 19 e 20**).

3.3.2. Proposta de futuras intervenções

Do levantamento efectuado nas duas fases podemos identificar algumas zonas que carecem de um estudo mais aprofundado (**Ilustração 23**).

Alguns sítios merecem levantamentos e sondagens arqueológicas com vista à obtenção de dados concretos sobre possíveis povoamentos, dos quais se destacam os seguintes:

- Poço da Lança – (Fase 1);
- Cistas I,II,e III – Patalou (nº Inv. 82,83, e 84, Fase 2);
- Estação de Superfície de S. Sebastião – Alpalhão (nº Inv. 24, Fase 2);

- Estação de Superfície do Patalou – Espírito Santo (nº Inv. 100, Fase 2).

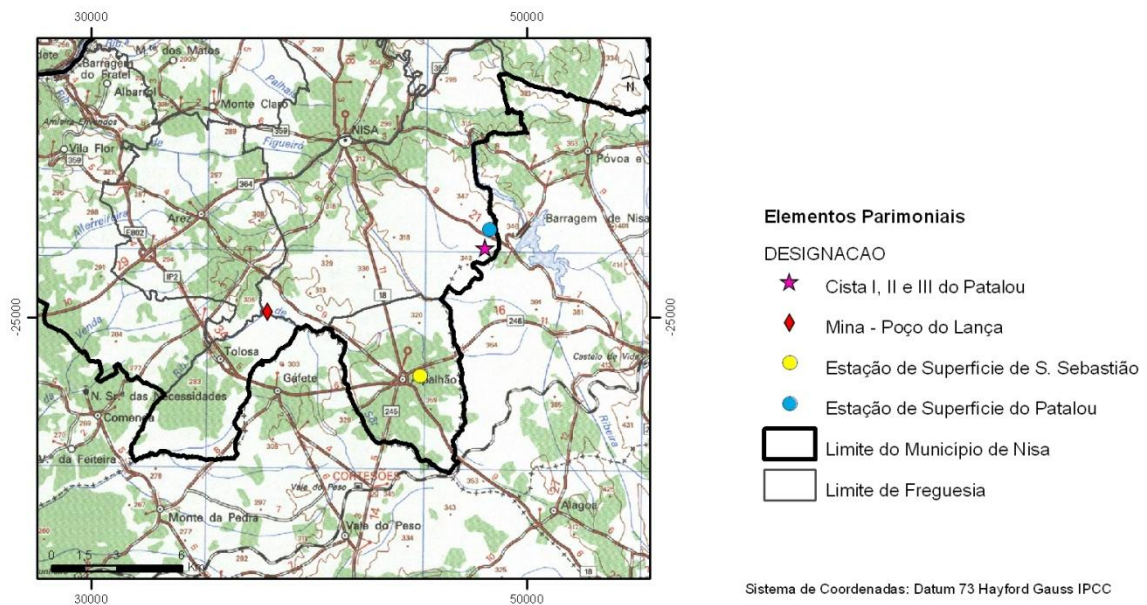


Ilustração 23 – Localização de elementos patrimoniais que merecem um estudo mais aprofundado.

4. Património Natural e Cultural

4.1. Património Natural

4.1.1. Património Classificado

Monumento Natural das Portas de Ródão

Decreto Regulamentar nº 7/2009 de 20 de Maio de 2009.



Ilustração 24 – Monumento Natural das Portas de Ródão.

As Portas de Ródão constituem uma ocorrência geológica e geomorfológica que se localiza nas duas margens do rio Tejo, nos concelhos de Nisa e Vila Velha de Ródão (**Anexo 6**).

Este conjunto natural caracteriza-se pela existência de um relevante património natural, de valores geológicos, biológicos e paisagísticos, e por um importante património cultural, constituído por sítios arqueológicos que documentam a presença humana desde o Paleolítico Inferior, e por manifestações culturais de natureza etnológica, resultantes de um modo de vida muito próprio de uma população ribeirinha, que encontrou no rio Tejo o factor de contacto entre gentes e regiões física e geograficamente afastadas.

- Síntese dos Valores Presentes na Área Classificada (AEAT 2009):

Geológicos e geomorfológicos

- A formação geológica das Portas de Ródão (geomonumento);

- Locais de importância geológica, geomorfológica, tectonostratigráfica e paleontológica, de grande relevância para o conhecimento e compreensão da evolução geológica, desde há 650 milhões de anos.

Biológicos

- A colónia de grifos, que nidificam nas escarpas e que constitui a maior em território exclusivamente nacional;
- Ocorrência de espécies de aves com elevado estatuto de protecção: cegonha-preta, *Ciconia nigra*, Águia-de-Bonelli, *Hieraaetus fasciatus*, Abutre-do-Egipto, *Neophron percnopterus*, Bufo-real, *Bubo bubo*, Grifo, *Gyps fulvus*;
- Espécies e comunidades vegetais de grande interesse ao nível da conservação, com destaque para as comunidades reliquiais de zimbro, *Juniperus lagunae.*, que cobrem as escarpas rochosas;
- Manchas de matagal mediterrânico, bem conservado e diversificado.

Históricos, simbólicos, estéticos e económicos

- Valores histórico-arqueológicos (Estações do Paleolítico, do Neolítico, da época romana, Idade Média, das Invasões Peninsulares nos séculos XVIII e XIX...);
- Monumentos e sítios classificados ou em vias de classificação (Castelo de Ródão, capela da Sr^a do Castelo, Estação arqueológica da Foz do Enxarrique, Conhal do Arneiro);
- Simbolismo da área, expresso num rico lendário;
- Referência na paisagem (valor estético);
- Referência para a circulação inter-regiões Segundo o historiador José Mattoso, o alinhamento dos grandes centros urbanos da Beira Baixa segue um percurso com o sentido Norte-sul, que vai da Guarda a Castelo Branco, seguindo para sul em direcção à passagem do Tejo pelas Portas de Ródão, numa época em que o lugar era ainda deserto quando D. Sancho I deu a herdade da Açafa aos Templários, em 1199;
- Navegabilidade do Tejo (até à construção do caminho-de-ferro o rio Tejo era a principal via de comunicação entre o interior e o litoral). Esta navegação, até Vila Velha de Ródão, não suscitava problemas de maior, sobretudo no Inverno; mas nas Portas de Ródão a navegação era difícil principalmente quando o caudal aumentava. [*Fechavam as Portas*];
- Paisagem marcada pelo olival em socacos que ocupou as encostas da serra e exigiu um esforço sobre-humano para produzir um azeite de superior qualidade;

- Actividade tradicional da pesca;
- Culinária muito própria, de transição entre as Beiras e o Alentejo, e com marcas características da posição ribeirinha das populações.

- Objectivos:
 - Preservar os valores naturais, cénicos e culturais existentes, garantindo o equilíbrio paisagístico e assegurando a articulação entre o natural e o humanizado;
 - Promover o desenvolvimento sustentável da região tirando partido da singularidade, valor cénico, raridade e representatividade ecológica do conjunto composto pelo monumento natural e pela sua envolvente.

Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional

Está integrado na Rede Global de Geoparques da UNESCO, à qual aderiu a 20 de Setembro de 2006.

A Rede Europeia de Geoparques foi criada em Junho de 2000. Em Fevereiro de 2004 foi criada a Rede Global de Geoparques da UNESCO, inicialmente formada por oito Geoparques chineses e pelos dezassete europeus que na altura já constituíam a Rede Europeia.

O Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional foi o primeiro Geoparque Português a aderir a esta rede. Trata-se do 27º Geoparque Europeu e recebeu o galardão a 20 de Setembro de 2006, durante a Segunda Conferência Internacional de Geoparques, que decorreu em Belfast, na Irlanda do Norte.

A Rede Global integra 64 geoparques, 37 deles pertencentes à Rede Europeia de Geoparques distribuídos por 15 países (**Anexo 7**). Tanto a Rede Europeia como a Rede Global de Geoparques encontram-se em crescimento contínuo, com o aparecimento de novas propostas de candidaturas de todo o mundo.

De acordo com a UNESCO, um geoparque é um território de limites bem definidos com uma área suficientemente grande para servir de apoio ao desenvolvimento sócio-económico local. Deve abranger um determinado número de sítios geológicos de relevo ou um mosaico

de entidades geológicas de especial importância científica, raridade e beleza, que seja representativa de uma região e da sua história geológica, eventos e processos. Poderá possuir não só significado geológico, mas também ao nível da ecologia, arqueologia, história e cultura.

O Geoparque Naturtejo da Meseta Meridional estende-se pela área constituída pelos municípios de Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Nisa, Oleiros, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão e conta com 16 Geomonumentos, como se pode verificar no mapa da Naturtejo no **Anexo 8**, apresentando um vasto património geomorfológico, geológico, paleontológico e geomineiro.

- Objectivos:
 - Valorizar os locais que agem como testemunhos-chave da História da Terra, fomentando o emprego e promovendo o desenvolvimento económico regional.
 - Conservar os geossítios de particular importância;
 - Educar dando apoio na investigação científica;
 - Estimular a actividade económica e o desenvolvimento sustentável através do Turismo de Natureza.

- Geomonumentos do Geoparque integrados no concelho de Nisa:
 - Blocos pedunculados de Arez
Alpalhão - Nisa

 - Mina de ouro romana do Conhal do Arneiro
Nisa - (em vias de classificação como Imóvel de Interesse Público)
(Ver capítulo 3.1.4 e **Ilustração 19 e 20**).

 - Monumento Natural das Portas do Ródão
Vila Velha de Ródão / Nisa
(Ver informação no início deste capítulo e **Ilustração 24**).

 - Escarpa de falha do Ponsul
Nisa / Vila Velha de Ródão / Castelo Branco / Idanha-a-Nova

A Falha do Ponsul é uma das mais importantes falhas activas de toda a região. Estende-se desde o Arneiro para além da fronteira espanhola nas Termas de Monfortinho, compondo um impressionante acidente topográfico com 120 km. A Falha do Ponsul é uma estrutura tectónica com mais de 300 milhões de anos, ainda hoje com actividade sísmica (Naturtejo 2007).

4.1.2. Património Geomorfológico Granítico e Geomineiro

A Carta de Património Geomorfológico Granítico e Geomineiro (**Anexo 9**) apresenta os **recursos patrimoniais de índole geológica e geomineira** reconhecidos pela equipa do LNEG no âmbito do trabalho de “Caracterização Geológica e Hidrogeológica do município de Nisa. Estes recursos patrimoniais de carácter natural (no caso dos blocos pedunculados e penedos) e geomineiro (Poço da Lança e Forno de Cerâmica de Amieira) não se encontram classificados, ou em vias de classificação, no entanto têm grande valor patrimonial a nível local.

Este tipo de património é composto por:

- Blocos pedunculados, devidamente enquadrados no Geoparque Naturtejo;
- Penedos que pelas suas características (morfológicas, estéticas ou culturais) devem ser referenciados neste tipo de património.
- Património geomineiro: a antiga mina do Poço da Lança e as ruínas de um forno para cerâmica perto de Amieira do Tejo.

Existem blocos e penedos, dispersos ou em massas caóticas, associados à morfologia aplanada, que são mais notórios na região Sul e Oeste, no entanto não adquirem a forma característica de caos de blocos. As formas dômicas tipo *bornhardt*, formas residuais e formas menores são variadas, assumindo importância significativa no modelado granítico.

As formas dômicas, tipo *bornhardt* são geralmente de dimensões discretas, emergindo na peneplanície. Assumem maior dimensão na área oeste do município e na área da barragem do Poio são mais proeminentes, sobretudo as fracturas de escamação (*sheet fractures*), das quais resulta o perfil dômico, (**Ilustração 25**).



Ilustração 25 – Bornhardt na barragem do Poio com fracturas de escamação bem visíveis.

Fonte: (LNEG 2010).

Os aglomerados de blocos e calhaus, grosseiramente dômicos, que por vezes se observam na peneplanície são designados por **nubbins** (**Ilustração 26**) e resultam da compartimentação da rocha, abaixo das superfícies de fracturas de escamação em *bornhardts* (Campbell, 1997 in LNEG 2010).

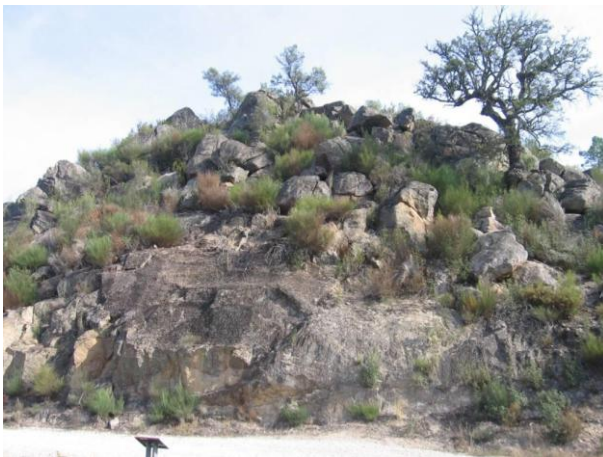


Ilustração 26 – Nubbin junto da ponte medieval sob a ribeira do Figueiró .

Fonte: (LNEG 2010).

Os **tors** e **castle koppies** são relativamente frequentes na área, constituindo formas dômicas acasteladas e isoladas, com lados verticalizados ou com forte inclinação, associados a sistemas de fracturas ortogonais (**Ilustração 27**).



Ilustração 27 – Formas tipo tors e castle koppies junto à Ribeira de Sôr, na estrada Alpalhão – Termas.

Fonte: (LNEG 2010).

As formas menores são variadas e destas sobressaem os blocos pedunculados, que assumem uma maior importância em termos de património geológico do município, uma vez que estão mais divulgados.

Os **blocos pedunculados** são formas típicas das paisagens graníticas, que neste município assumem características notáveis. Consistem em formas mais finas na base do que no topo, fazendo lembrar cogumelos gigantes (**Ilustração 28**). A explicação para a sua origem é a existência de um contraste entre uma parte superficial da rocha mais seca e por isso mais estável e, uma parte subjacente em contacto permanente com a água contida no solo e rególito. A acção de meteorização devida a hidratação, hidrólise e solução, a que acresce a desintegração consequência de flutuações no nível freático, originam a formação de uma zona mais estreita ou pedunculada (Campbell & Twidale 1995 *in* LNEG 2010). Períodos de chuvas torrenciais conduzem à erosão acelerada do solo envolvente, expondo, deste modo, o pedúnculo.

Encontram-se dispersos por toda a área do concelho em que afloram as rochas graníticas, com particular destaque para a região de Arez.



Ilustração 28 – Bloco pedunculado .

Fonte: (LNEG 2010).

As superfícies onduladas (*flares* ou *flared slopes*) são frequentes e, geralmente, também só ocorrem no Granito de Nisa. A sua origem está relacionada, como no caso dos blocos pedunculados, com o contraste entre zona seca e húmida, ocorrendo em grandes penedos nas massas graníticas.

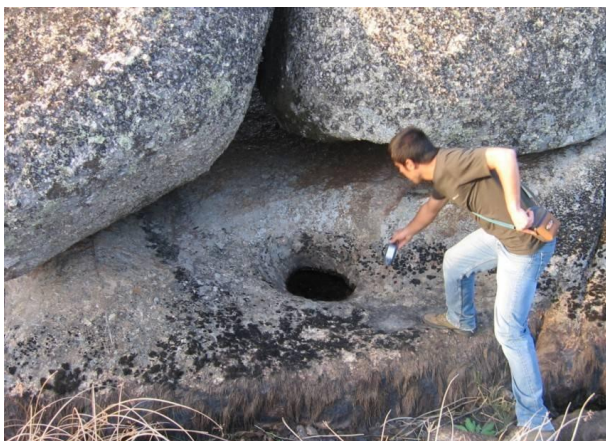


Ilustração 29 – Gnamma junto à ribeira do Figueiró, onde este tipo de morfologia é frequente .

Fonte: (LNEG 2010).

Além destas, outras formas menores ocorrentes compreendem **gnammas** ou **pias**, **alvéolos** ou **tafoni**, **pseudoestratificação** (*pseudobedding*) e alteração com fracturas poligonais. Morfologicamente, as **pias** são depressões circulares pouco profundas, na área estudada (**Ilustração 29**), que se formam na intersecção de fracturas (Campbell, 1997 *in* LNEG 2010). Os alvéolos ou **tafoni** desenvolvem-se na base de penedos e estruturas de escamação, como colheres invertidas que podem coalescer (**Ilustração 30**). A sua origem estará também relacionada com meteorização intensa na zona húmida (Campbell & Twidale, 1995; Campbell, 1997 *in* LNEG 2010). A pseudoestratificação corresponde a ocorrência de

fracturas subparalelas à superfície, ou a alteração paralela aos planos de foliação (Ilustração 31).



Ilustração 30 – Tafoni na estrada para Arez, a norte de Nisa .
Fonte: (LNEG 2010).

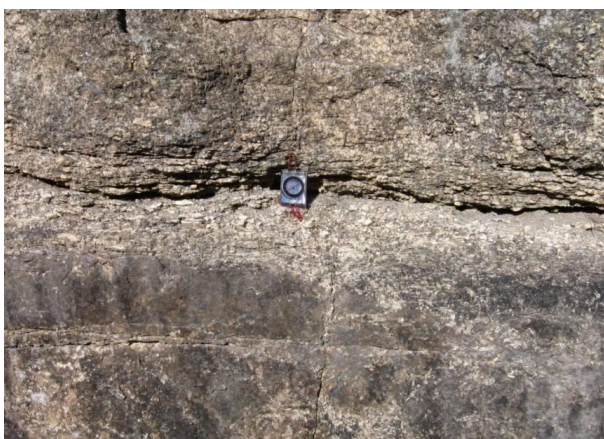


Ilustração 31 – Pseudoestratificação no granito, junto à povoação de Arez.
Fonte: (LNEG 2010).

Na paisagem granítica do município de Nisa verifica-se que é na unidade Granito de Nisa, onde ocorrem as formas com maior relevo, penedos e blocos com maior dimensão, assim como a maioria das formas referidas.

A morfologia desta litofácies contrasta com a morfologia dominante na área de afloramento do Granito de Gáfete e do Granito de Alpalhão, sem formas de relevo positivo significativas, onde ocorrem blocos de dimensão reduzida, geralmente dispersos, consequência da rede de fracturação mais apertada e, por vezes, pequenos *nubbins*. À parte os afloramentos

muito mais frequentes do Granito de Gáfete, a diferenciação morfológica entre esta litofácies e a de Alpalhão é pouco evidente, embora se note uma tendência para as formas tipo *nubbin* serem em maior número e mais significativas na primeira.

Na estrada Alpalhão – Nisa, perto da ponte sob a ribeira de Figueiró, existem importantes afloramentos graníticos com grandes penedos, onde ocorrem também um diversificado tipo de formas menores, por vezes com aspectos mais originais. Esta área tem portanto características que devem ser consideradas no ordenamento da região.

Merecem referência, neste contexto, o penedo existente na capela da Nossa Senhora da Redonda e o penedo conhecido na região por “focinho de porco”, pela sua singularidade e significado antropológico, constituindo também património cultural do município (**Ilustração 32**).



Ilustração 32 – Afloramento zoomórfico conhecido como “focinho de porco”.
Fonte: (LNEG 2010).

Como **património geomineiro**, a ocorrência pegmatítica do Poço da Lança é referida em monografias do concelho (Moura, 1982; Figueiredo, 1956), como uma “rica mina de pedras de várias cores (...) amarelas, as mais finas e valiosas, encarnadas e brancas e com raios azuis, e roxas (...)” explorada no tempo do D. Afonso V (1438-1448). Posteriormente há referências contemporâneas a D. João V (1706-1750), segundo as quais este encarregou “um dos seus mais hábeis engenheiros” para descobrir qual o motivo que teria levado os antecessores à abertura do poço e enviou para tal “quatro homens para guardar a mina de dia e de noite”. A incógnita sobre o potencial do pegmatito tem continuado até ao presente.

4.2. Paisagem como Património Natural e Cultural

A Convenção Europeia da Paisagem (Decreto n.º 4/2005 de 14 de Fevereiro) reconhece juridicamente a paisagem como elemento fundamental da qualidade de vida das populações, expressão da diversidade do seu património comum, tanto cultural como natural, e portanto, parte importante da sua identidade.

A paisagem contribui, assim, para a formação de culturas locais e representa uma componente fundamental do património cultural e natural europeu, contribuindo para o bem-estar humano e para a consolidação da identidade europeia.

Neste sentido, a paisagem considera-se um tema de grande interesse no que respeita ao património natural e cultural, uma vez que fornece informação relevante para a definição da identidade local, dos costumes e fazeres das gentes de Nisa.

Destacam-se nesta temática as áreas de Olival em socacos nas encostas do Tejo e das principais ribeiras do concelho.

O concelho de Nisa apresenta uma paisagem muito diversificada, devendo-se efectuar um estudo mais aprofundado no que respeita à inclusão desta na temática do património e até considerar que áreas de interesse paisagístico e cultural, como as referidas anteriormente, poderão ser classificadas como Paisagens Protegidas Locais (segundo as orientações da legislação no contexto da conservação da natureza e da biodiversidade - Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de Julho).

4.3. Património Cultural

O património cultural de um território é-nos apresentado sob manifestações várias que identificam uma vila, um concelho ou um país. Inclui todos os vestígios da actividade humana, que passa pelo património edificado ou arquitectónico, de cariz arqueológico, e manifestações no âmbito das tradições e costumes das gentes.

São elementos vitais e fontes de informação, que nos proporcionam o estudo de actividades já extintas ou em vias de extinção.

O concelho de Nisa no que respeita a valores patrimoniais materiais e imateriais é um território digno de um estudo aprofundado e que carece de uma atenção especial, uma vez que corremos o risco de perder informação vital e única.

Uma vez que o território é bastante extenso, com 10 freguesias bem distantes umas das outras, é normal que as diferenças sejam notórias e haja uma explicação para isso.

Património Imaterial

Começamos pela **maneira de falar ou de pronunciar as palavras**, que é muito característica e peculiar de cada freguesia. Esta é, sem dúvida, uma temática que carece de uma investigação bem planeada e levada a cabo o mais rápido possível.

Estas diferenças devem-se aos seus povoadores e ao facto de terem estado até há relativamente pouco tempo isoladas umas das outras, o que fez com que se criassem “microclimas” que proporcionaram que determinadas características do modo de falar perdurassem no tempo. Hoje a situação já é diferente, há casamentos entre as pessoas das várias freguesias, não esquecendo os próprios fluxos migratórios a partir dos anos 50 do Século XX. No entanto conseguimos identificar com relativa facilidade se determinada pessoa é natural da freguesia x ou y pelo simples modo de falar.

No que respeita a um património material que são as produções de **bordados** (variadíssimos tipos) e **barros, madeira ou cortiça**, existe um património imaterial que necessita de um estudo mais aprofundado e cruzamento de informação com outros locais próximos e que manifestem algumas particularidades, no que respeita á forma de produzir estas peças. Este património imaterial traduz-se no conhecimento das formas e técnicas de fabrico, a sua evolução, o porquê de se produzir de uma determinada maneira, ou seja, o “**saber fazer**”, é isso que se pretende salvaguardar, com uma investigação cuidada e responsável. O Museu do Bordado e do Barro desenvolve já um trabalho de investigação relativamente à produção de bordados e olaria pedrada.

Ainda nesta temática, podemos acrescentar a produção dos **barcos no Arneiro** na freguesia de Santana (que se encontra praticamente extinta) e a produção de cadeiras de **bunho**, com maior incidência em Nisa (sede de concelho).

A produção de **telha mourisca, tijolo, tijoleira, talhas** na Freguesia de Amieira do Tejo desapareceu nos anos 80/90 do século passado, no entanto podemos recuperar informação relativa ao processo de fabrico e tipologias de peças, através de testemunhos de algumas pessoas que ainda trabalharam nestas pequenas indústrias.

Ainda dentro do património imaterial existem referências a determinadas **romarias centenárias**, que ainda hoje se celebram mas em moldes muito distintos. Por detrás de um dia de festa estavam outras actividades, como as cantigas populares, os locais de descanso (oliveira do encontro, etc.), a gastronomia que lhe estava associada, os bailes ou as danças.

Passando também pelas próprias **Festas Populares**, nomeadamente a **Festa de S. João**, altura em que as raparigas e mulheres se vestiam com o traje tradicional de Nisa, utilizado ainda hoje pelos Ranchos Folclóricos do Concelho.

Existem relatos interessantes sobre esta festa, era sem dúvida um dia muito especial.

Gastronomia

No que respeita à gastronomia local, é a mistura de sabores e ingredientes provenientes da Beira Baixa e Alentejo que a tornam muito peculiar. Salientam-se **os maranhos**, prato mais característico na zona norte do País, as **migas de batata e pão** (misturadas), os **feijões das festas**, prato essencial das festas dos casamentos, apenas para dar alguns exemplos. Na parte da doçaria salienta-se a **tigelada**, vulgarmente chamada tigelada dos montes por ser uma sobremesa feita, em tempos, essencialmente nas freguesias, em casas tradicionais e cozidas em forno de lenha.

Pratos típicos

- Maranhos; Pezinhos de Tomatada; Feijões das Festas; Arroz de Lampreia; Sopa de Peixe do Rio; Sarapatel; Migas de pão e/ou batata com carne frita; Sopa de Cachola;
- Doces: Cavacas, Bolos de Azeite, Bolos de Canela, Bolos Dormidos, Esquecidos, Nisas, Barquinhos, Tigeladas, Borrachões e Rebuçados de ovos.

Artesanato (ver Anexos 10 e 11)

O artesanato é diversificado e essencialmente decorativo. A **Olaria Pedrada** é uma tradição ancestral e caracteriza-se essencialmente por peças de barro vermelho incrustadas de pequenas pedrinhas brancas. Os **Alinhavados**, as **Rendas de Bilros**, as **Frioleiras** e as **aplicações em Feltro** são testemunhos do passado que no presente são executados por algumas mulheres que ainda se dedicam a esta arte.

Queijos e enchidos

Nisa conta com dois tipos de produtos tradicionais de elevada qualidade, produzidos segundo métodos artesanais: os queijos e os enchidos.

A existência de dois produtos protegidos - O Queijo de Nisa e o Queijo mestiço de Tolosa – veio reconhecer a excelência de produção da Região, uma aposta na qualidade e divulgação do que é característico e que importa preservar.

Os enchidos são produzidos com Indicação Geográfica Protegida (IGP).

Destacam-se 2 sítios na internet direccionados para a divulgação do património cultural da região e das artes tradicionais de Nisa:

- <http://www.museubordadoebarro.pt/>
- <http://www.activartes.com>

5. Proposta de criação da Carta do Património

Criação da Carta do Património

- Delimitação de Áreas de Valor Arqueológico e respectiva classificação em dois Níveis:

- Nível 1- Reserva arqueológica que corresponderá a áreas de valência patrimonial que visem a sua fruição pelo público:

Área Arqueológica do Conhal do Arneiro e/ou outras que estejam classificadas ou em vias de classificação como sítios ou conjuntos arqueológicos de Interesse.

- Nível 2 – Aglomerados urbanos com interesse monumental/arqueológico:

Zonas Históricas dos aglomerados urbanos de algumas freguesias, onde existam vestígios arqueológicos de interesse ou mesmo monumentos, inclusivamente de cariz religioso, que mereçam medidas de reabilitação e conservação das mesmas.

- **Alpalhão** (delimitar a área)

Relação entre os vestígios judaicos, alguns imóveis que mereçam a classificação de Imóveis de Interesse Municipal e vestígios do antigo castelo;

- **Montalvão** (delimitar a área)

Delimitar a zona entre o Castelo (Imóvel em Vias de Classificação), Igreja Matriz (Imóvel de Interesse Municipal) até á Capela de São Pedro.

Criação da Carta para a Preservação do Património Arquivístico

- Inventariação e criação de medidas de conservação e segurança.

1. Arquivo Histórico -Biblioteca Municipal;
2. Arquivo da Cadeia Velha;
3. Arquivo do Sótão do Hospital Velho;
4. Outros arquivos dispersos por algumas Juntas de Freguesia.

6. Síntese conclusiva

A dispersão de sítios de valor patrimonial em Nisa é grande e através da sua tipologia percebe-se que o concelho terá sido ocupado de forma intensiva, desde a Pré-História até à actualidade.

Os resultados obtidos nas duas etapas da Carta Arqueológica de Nisa mostram que o concelho possui um elevado potencial arqueológico e histórico.

É necessário investir neste sector, no sentido de habilitar os sítios a visitas, assim como melhorar os acessos e a identificação e/ou localização com sinalética própria.

Em virtude do seu percurso histórico, o concelho de Nisa apresenta um vasto património cultural, que compreende elementos arquitectónicos de interesse religioso, militar e civil, bem como vestígios arqueológicos espalhados por todo o território. Apresenta também um amplo leque no que respeita ao património natural e paisagístico, devido à particularidade das características biofísicas presentes na área.

Detém um conjunto de características, nomeadamente os produtos locais (queijo, enchidos, azeite e mel), o artesanato (bordados de Nisa, trabalhos em feltro e olaria), os trajes regionais, a gastronomia e as romarias, que fazem parte da identidade e do património do concelho.

No que respeita ao património cultural imaterial, o concelho necessita de um estudo mais aprofundado, pois denota-se falta de inventariação relativa a esta temática e só assim se consegue a salvaguarda deste tipo de património. Existe um legado deixado pelas gentes de outrora que importa preservar no sentido de não se perder a identidade e os costumes das terras e das gentes de Nisa.

Nisa revela-se, assim, um concelho extremamente rico no que respeita a valores patrimoniais. Os recursos oferecidos devem ser explorados e aproveitados no desenvolvimento económico da região, em particular no sector turístico, pois cada vez mais o património constitui uma pedra basilar no desenvolvimento dos territórios, designadamente aqueles que se localizam em regiões do interior, como é o caso de Nisa.

Referências Bibliográficas

- AEAT - Associação de estudos do Alto Alentejo, Lda. (2009). *Proposta de Classificação das Portas de Ródão como Monumento Natural. Breves Notas* [online]. Disponível em: <http://www.altotejo.org/conteudos/default.asp?op=1&ide=30&idsec=60&idsubsec=10>
- Archeoestudos, (Julho de 2009). *Carta Arqueológica do Concelho de Nisa - Fase II*. Relatório Final.
- Archeoestudos, (Outubro de 2008). *Carta Arqueológica do Concelho de Nisa - Fase II*. Relatório Preliminar.
- Caninas, J. C. P. e Henriques, F. J. R., (1985). Testemunhos do Neolítico e do Calcolítico no Concelho de Nisa. Actas das 1.ªs Jornadas de Arqueologia do Nordeste Alentejano.
- Cebola, C.D.T., (2005). *NISA a outra história*. Câmara Municipal de Nisa, Edições Colibri.
- Cebola, F. (2008). *Elaboração de uma base de dados aplicada a um SIG na Rota do Património Arqueológico do Concelho de Nisa*. Trabalho de Fim de Curso. Escola Superior Agrária de Santarém.
- Decreto n.º 4/2005 de 14 de Fevereiro, 2005. *Convenção Europeia da Paisagem* [online]. Ministério dos Negócios Estrangeiros. Diário da República Electrónico. Disponível em: <http://dre.pt/pdf1sdip/2005/02/031A00/10171028.pdf> [consultado em Fevereiro de 2009].
- Figueiredo, José F., (1956). *Monografia de Nisa*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda. CMNisa.
- Global Geoparks Network (2008). [online]. Disponível em: <http://www.globalgeopark.org/>
- Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro. *Lei de Bases do Património Cultural*. Diário da República - 1.ª SÉRIE A, Nº 209, de 08.09.2001, Pág. 5808-5829.
- LNEG, (2010). Recursos Geológicos e Hidrogeológicos do Município de Nisa - Relatório Técnico. Câmara Municipal de Nisa.
- Moura, J.D.G. M., (1982). *Memoria Histórica da Notável Vila de Niza*, Fac-simile da edição de 1855, INCM.
- Naturtejo, (2007). *Os Geossítios* [online]. Disponível em: http://www.naturtejo.com/conteudos/pt/geo_sitios.php [consultado em Novembro de 2008].
- Oosterbeek, L. e António Martinho Baptista, A. M.; (sem data). *Memorando sobre a Criação do roteiro da Arte Rupestre Vale do Tejo - Vale do Côa*. IGESPAR.
- REDE Geoparques Europeus (2010). [online]. Disponível em: <http://www.europeangeoparks.org/>
- Sousa, T. M.; Rasquilho, F. V., (1982). *Amieira do antigo Priorado do Crato*. Fac-simile da edição de 1936, INCM.
- Universidade de Évora, (2004). *Carta Arqueológica do Concelho de Nisa - Fase I*. Fichas de Inventário.